

O POLITICAMENTE CORRETO E O DEBATE SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Nara Lya Simões Caetano Cabral.



Mini currículo Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

da ECA/USP, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes, e bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. Atualmente, possui bolsa de mestrado do CNPq. É integrante do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom) da USP.

Resumo

O trabalho discute, a partir de matérias jornalísticas, a configuração de discursos circulantes sobre o politicamente correto em suas relações com o debate sobre a liberdade de expressão no Brasil. De modo correlato, analisamos como a própria imprensa se posiciona em relação ao tema em foco. Entendemos que as discussões sobre o politicamente correto remetem a áreas limítrofes da liberdade de expressão, no cruzamento com outros princípios democráticos. Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes, esta pesquisa é desenvolvida junto ao Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Castilho Costa.

Fenômeno recente em nossa cultura oriundo dos Estados Unidos e muito arraigado no pensamento anglo-saxônico, a busca por uma linguagem politicamente correta está ligada à emergência, na cena pública, de identidades historicamente reprimidas. Revelando a força política de minorias sociais, o politicamente correto tem por base a ideia de que “alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias” (FIORIN, 2008).

Trata-se de uma tendência que se aplica a vários campos, prescrevendo formas de expressão ou conduta, a fim de combater atos de discriminação, sobretudo no que diz respeito às questões étnicas, de gênero e sexuais. Não obstante, o alcance do politicamente correto vai além, buscando – segundo Sírio Possenti – “tornar não marcado o vocabulário (e o comportamento) relativo a qualquer grupo discriminado” (POSSENTI, 1995: 125).

Nos últimos anos, uma série de episódios tem levado a temática do politicamente correto a se tornar objeto de discussão na esfera pública. Em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou a

cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, escrita por Antônio Queiroz, com tiragem de cinco mil exemplares. A publicação, espécie de manual com 96 verbetes apresentados em ordem alfabética, lista palavras e expressões que revelam preconceitos e discriminação contra grupos sociais.

Não obstante a tentativa de alcançar um amplo público de formadores de opinião, o lançamento da cartilha, na ocasião, gerou grande polêmica. Jornalistas e intelectuais acusaram o governo de estar instaurando uma nova forma de “censura”, com o intuito autoritário de controlar o que as pessoas dizem (FIORIN, 2008).

O jornal *Folha de S. Paulo*, um dos maiores em circulação do Brasil, apresentou, em matérias e artigos de opinião, uma postura crítica em relação ao lançamento da cartilha. Em 12 de maio de 2005, por exemplo, o jornal veiculou um texto de seu articulista Hélio Schwartsman intitulado *Tributo à estultice*. O artigo faz críticas negativas à iniciativa, afirmando se tratar de uma “realização inepta de uma ideia estúpida”.

Três dias depois, o jornal publicou outro artigo, assinado pelo poeta Ferreira Gullar, que aponta o politicamente correto como uma “mania” que busca “censurar palavras e expressões nascidas do falar popular”. Mais adiante, o autor reafirma essa ideia: “[...] falar é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal), que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura”.

Outro episódio que levou, recentemente, a temática do politicamente correto às páginas dos jornais foram as tentativas, por meio de processo judicial, de restringir a circulação e interferir no conteúdo do dicionário *Houaiss*.

Em fevereiro de 2012, o Ministério Público Federal em Uberlândia, Minas Gerais, ajuizou ação civil pública contra a Editora Objetiva e o Instituto Antônio Houaiss pedindo a imediata retirada de circulação, suspensão de tiragem, venda e distribuição das edições do referido dicionário. A ação teve como motivação, segundo a Procuradoria, a presença de “referências preconceituosas” e “racistas” no verbete do dicionário sobre ciganos.

Imprensa e debate público

Examinando as matérias jornalísticas que a *Folha de S. Paulo* publicou em 2012 sobre o “politicamente correto” (seja tratando especificamente dessa temática, seja qualificando eventos ou posições noticiadas como “politicamente corretas”), vemos, como traço recorrente, o apontamento da tendência em questão como

fenômeno contemporâneo, difundido nos dias de hoje, próprio de nosso tempo. Há textos que falam em uma “onda do politicamente correto”, em um “clima do politicamente correto” ou “neste mundo politicamente correto”.

Dentre os onze textos localizados, as matérias apresentam, basicamente, duas compreensões principais sobre o sentido de “politicamente correto”. O primeiro entendimento, mais específico, diz respeito à assunção de uma postura de respeito às diferenças e combate à discriminação. Um segundo sentido, mais genérico, diz respeito a um conjunto de atitudes que podem ser caracterizadas como mais “neutras”, “isentas” ou, em alguns casos, “assépticas”. Nesse sentido amplo, ser politicamente correto significa abster-se de fazer críticas, evitar posições polêmicas ou seguir regras de comportamento a fim de dar um “bom exemplo”.

A este trabalho, interessam, sobretudo, os discursos sobre o politicamente correto que colocam em jogo a questão da discriminação e dos estigmas sociais. Isso porque, nesse caso, ficam mais evidentes as disputas em torno dos sentidos das palavras e expressões, bem como as tensões entre diferentes princípios democráticos, inclusive o da liberdade de expressão.

A maior parte dos textos localizados pode ser classificada como compreendendo “comentários” – adotando-se a divisão de gêneros jornalísticos proposta por Manuel Chaparro. Há oito artigos de opinião, uma crítica e apenas duas notícias. É interessante observar, pois, que o jornal, ao abordar a temática do politicamente correto, privilegiou uma cobertura mais reflexiva.

Vemos que o jornal apresentou, na imensa maioria das vezes, uma postura crítica sobre o politicamente correto. As exceções mais evidentes são uma pequena notícia citando uma fala do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa (12/10/2012), e um artigo de Vladimir Safatle, intitulado *Correto demais* (20/11/2012). No primeiro caso, a fala do ministro chama atenção para a persistência do preconceito racial no Brasil, que ainda não se tornou um país “politicamente correto”. No segundo caso, o autor critica os opositores do politicamente correto, apontando-os como desejosos da manutenção dos preconceitos contra os “grupos vulneráveis de sempre”.

Mesmo em textos que têm como foco defender os direitos de minorias sociais e criticam posturas discriminatórias, a expressão “politicamente correto” aparece como algo negativo ou, ao menos, refutável. É o caso, por exemplo, do artigo *Uma questão de hombridade*, assinado por Hélio Schwartzman e publicado em 19 de

outubro de 2012. O texto defende que os então candidatos à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad e José Serra, deveriam adotar o polêmico “kit anti-homofobia”, em pauta na época. Após expressar tal opinião, o autor ressalva: “Não digo isso por ter aderido à onda do politicamente correto”.

A respeito da posição da Justiça no caso *Houaiss*, o qual mencionamos anteriormente, o jornal também expressou um posicionamento crítico. Ao abordar as tentativas de interferência no conteúdo do dicionário, a *Folha* denunciou o risco de censura inerente a tal iniciativa, invocando o princípio da liberdade de expressão e defendendo o papel dos dicionários em registrar os sentidos das palavras. A partir dos textos, na colisão de diferentes discursos circulantes sobre o estatuto das palavras, vemos a emergência de disputas e negociações em torno das questões politicamente corretas.

Por tudo isso, devemos notar que o politicamente correto foi frequentemente associado, nos textos analisados, com a ideia de censura ou restrição à liberdade de expressão. Esse enfoque atribuído pela cobertura da *Folha* ajuda-nos a compreender a posição crítica assumida pelo jornal em relação à temática em foco: em consonância com os valores democráticos que guiam a imprensa brasileira nos dias de hoje, qualquer suspeita de censura deve ser imediatamente examinada, criticada e, finalmente, refutada.

Temos aí um fato relevante, que será retomado ao final deste trabalho: o debate público sobre o politicamente correto no Brasil cruza-se, constantemente, com discursos circulantes sobre a liberdade de expressão.

O discurso politicamente correto

A operação em jogo no politicamente correto busca encerrar a abertura que possibilita a formulação de ilações a partir de palavras e expressões, privilegiando termos cujos sentidos “literais” pareçam sobre determinantes aos demais, com base na pressuposição de que há uma neutralidade possível na linguagem e de que, dessa forma, evita-se a discriminação.

Carregando uma tomada de mundo, enquanto ligado à ideia de dignidade e respeito a todos os indivíduos, esse grande implícito do gesto politicamente correto deve ser visto como derivando daquilo que, dentre os sistemas de exclusão, Foucault (2008) enfatiza como a “vontade de verdade”. Determinando uma

compreensão do mundo e da vida, ela orienta as demais formas de exclusão, inclusive as das palavras.

No que diz respeito ao politicamente correto, vemos atravessar o ocidente uma vontade de verdade ligada aos ideais dos direitos humanos: o combate à discriminação e à palavra do preconceito, perfeitamente inserido no “verdadeiro” de nosso tempo, está na base das solicitações de restrição das manifestações linguísticas que escapam a esse quadro.

Ao vincular-se a esses ideais, o discurso politicamente correto se engaja, como mecanismo discursivo, na contenção de dinâmicas de agressão de grupos considerados hegemônicos sobre aqueles tradicionalmente marginalizados – ou seja, entre o que Norbert Elias denomina como estabelecidos e *outsiders*.

De fato, segundo o autor, “Nos países de língua inglesa, como em todas as outras sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre os estabelecidos e *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000: 27). De fato, parece-nos claro que as reivindicações em nome do politicamente correto aparecem com a intenção de interferir, através do controle sobre a linguagem, nas relações de interdependência entre os grupos estabelecidos e os grupos *outsiders*, isto é, na figuração de poder entre eles.

Assim, apesar dos limites do alcance e da eficácia do politicamente correto no que diz respeito a intervenções amplas sobre a linguagem, sua relevância em termos de fenômeno discursivo deve-se ao fato de trazer à luz disputas sobre o teor e a legitimidade da representação do outro.

No limite, o que se questiona é o monopólio das representações – em geral, daquelas que os estabelecidos detêm sobre os *outsiders*. Se, de fato, isso não se faz sem a realização de formas de controle sobre a linguagem, a invocação da liberdade de expressão como argumento desautorizador do politicamente correto em discursos circulantes na sociedade tem como principal efeito a explicitação das posições de poder em jogo nessa equação.

É que a reivindicação da liberdade de expressão corresponde a uma tentativa de manutenção do monopólio das representações sociais legítimas: pensemos no caso dos veículos de imprensa tradicionais, por exemplo, que apontaram o lançamento da cartilha *Politicamente correto & direitos humanos*, em 2005, como

forma de censura. Devemos notar que a liberdade de expressão, em suas fronteiras, não é absoluta para todos os grupos.

Para os estabelecidos, tradicionalmente detentores das representações legítimas, o politicamente correto é uma forma de censura; para os outsiders, é a possibilidade de criação de novas representações. No primeiro caso, a liberdade de expressão é defendida como o direito à representação do outro por meio de expressões e palavras tradicionalmente empregadas. No segundo caso, trata-se de defender a liberdade de expressão como direito dos grupos marginalizados de construir novas representações sobre si mesmos.

No choque entre essas diferentes posições, revelam-se as fronteiras entre diferentes direitos e demandas democráticas.

Fronteiras da liberdade de expressão

Como vimos, os debates sobre o politicamente correto remetem a discussões sobre as fronteiras da liberdade de expressão hoje. De um lado, estão os que apostam nessa tendência, entendida enquanto resultado da organização de minorias, como fenômeno que combate a discriminação a grupos marginalizados, atuando sobretudo no plano da linguagem.

Do outro lado do debate, estão os que acreditam que o politicamente correto implica em formas de restrição da liberdade de expressão. Esse argumento passa pela ideia de que o politicamente correto tudo “vigia”, consistindo em uma forma atualizada e internalizada de censura.

Essas diferentes posições presentes no debate sobre o politicamente correto no Brasil convergem no ponto exato em que, em todos os casos, o que vemos é a defesa e colisão de direitos democráticos fundamentais.

Nesse quadro, parece-nos claro que estamos diante de uma rearticulação dos saberes sobre a liberdade de expressão, com o reposicionamento de suas fronteiras no Brasil contemporâneo. É importante notar, pois, que as tensões entre o politicamente correto e os valores democráticos em nossa sociedade devem ser consideradas à luz dessas novas configurações dos discursos sobre a liberdade de expressão.

A ordem que emerge nessas fronteiras entre discursos e valores diz respeito às regras que selecionam e organizam a produção discursiva. Nessa ordem do discurso politicamente correto, configuram-se rituais da palavra: a distribuição do

direito de dizer dentro de determinados campos discursivos. De fato, em plataformas consideradas como “exemplares” do uso da linguagem, como o dicionário (vide o caso *Houaiss*), o registro da existência de preconceitos que circulam na sociedade configura verdadeira palavra proibida.

Ao final deste percurso, como pano de fundo das reflexões esboçadas, encontramos, como inquietação principal, a preocupação em refletir sobre a liberdade de expressão na atualidade, sobretudo no que diz respeito às suas áreas limítrofes e fronteiriças, onde se estabelecem choques entre diferentes discursos que circulam em nossa cultura, considerando a complexidade que a comunicação e as mídias adquirem na contemporaneidade.

Trata-se de reafirmar a importância do princípio de liberdade, sem deixar de avaliar os limites que se colocam à expressão de ideias em nossa sociedade em face de outras demandas igualmente democráticas, como as relacionadas à proteção da honra e da imagem e ao combate à discriminação.

Bibliografia:

- CHARAUDEAU**, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.
- ELIAS**, Norbert; **SCOTSON**, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FIORIN**, José Juiz. “A linguagem politicamente correta”. In: *Linguagem - Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*. São Carlos: UFSCAR, v. 1, pp. 1-4, 2008. Disponível em: <http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticallycorrecta.htm>. Acesso em 10 ago. 2013.
- FOUCAULT**, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2008.
- POSSENTI**, Sírio. “A linguagem politicamente correta e a análise do discurso”. *Revista de Estudos da Linguagem* (v. 4, n. 2). Belo Horizonte: UFMG, 1995, pp. 123-140. Disponível em: <<http://www.periodicos.letas.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1016>>. Acesso em 10 ago. 2013.